

ARTIGOS

Nosso futuro é ancestral: A arte da convivência do Quilombo Mesquita integrada ao bioma Cerrado

Our Future is ancestral: The art of coexistence of the Quilombo Mesquita integrated into the Cerrado biome

Ana Raquel de Mesquita Garcia*

Bruno de Queiroz Costa**

Eder de Souza Martins***

Recebido em: 27 abr. 2025
Aprovado em: 22 set. 2025

Resumo: Aprender com os quilombolas e povos originários é condição essencial à sobrevivência humana diante da exploração desenfreada da terra, da água, do ar e dos seres vivos. Com seis dos nove limites planetários já ultrapassados, torna-se urgente substituir a lógica de acumulação de capital pelas dinâmicas que regem o sistema Terra. Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama do Quilombo Mesquita, no bioma Cerrado, a partir de levantamentos, visitas *in loco* e entrevistas que abordam o imaginário, os modos de vida e os conhecimentos relacionados à gestão de água, energia e alimentos, sob a perspectiva de estudantes pesquisadores do Ensino de Jovens e Adultos em situação de rua da Escola Meninos e Meninas do Parque (EMMP). A análise da sustentabilidade da comunidade e de seu sistema produtivo baseou-se nos dez princípios da agroecologia, na abordagem Nexus (água, energia e alimento) e nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Os mecanismos de resistência e perenidade do Quilombo Mesquita estão ancorados nos laços comunitários fortes e na relação simbiótica com a terra. A abertura de possibilidades para pesquisa, troca de saberes e confluências entre quilombolas e estudantes em situação de rua proporcionou o desenvolvimento de habilidades como trabalho em equipe, cooperação, fortalecimento da autoestima e construção de relações sociais mais solidárias, resistentes, pacíficas e prazerosas. A visualização do imaginário contracolonial quilombola operando no mundo real agregou mudanças de perspectivas sobre a necessidade humana de cooperação, união, amizade e luta pelo direito ao acesso à terra.

Palavras-chave: Práticas ancestrais. Territorialidade. Justiça socioambiental. Cosmologias afro-confluentes. Resiliência comunitária. Transição ecológica.

Abstract: Learning from quilombolas and indigenous communities is essential for human survival in the face of the rampant exploitation of land, water, air, and living beings. With six of the nine planetary boundaries already exceeded, it is urgent to replace the logic of capital accumulation with the dynamics that govern the Earth system. This article aims to present an overview of Quilombo Mesquita, in the Cerrado biome, based on surveys, on-site visits, and interviews that address the imaginary, ways of life, and knowledge related to water, energy, and food management, from the perspective of student researchers in the Education for Homeless Youth and Adults program at the Escola Meninos e Meninas do Parque (EMMP). The analysis of the community's sustainability and its production system was based on the ten principles of agroecology, the Nexus approach (water, energy, and food), and the targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Quilombo Mesquita's mechanisms of resilience and sustainability are anchored in strong community ties and a symbiotic relationship with the land. Opening up opportunities for knowledge exchange and confluence between quilombolas and homeless students fostered the development of skills such as teamwork, cooperation, self-esteem, and the construction of more supportive, resilient, peaceful, and pleasurable social relationships. Visualizing the quilombola countercolonial imaginary operating in the real world brought about shifts in perspectives on the human need for cooperation, unity, friendship, and the struggle for the right to access land.

Keywords: Ancestral practices. Territoriality. Socio-environmental justice. Afro-confluent cosmologies. Community resilience. Ecological transition.

*Doutoranda em Ciências Ambientais pela Universidade de Brasília – UnB, mestre em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, especialista em Estratégias de Conservação da Natureza pelo Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS, licenciada em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e educadora temporária na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: narraque@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4505840264626442>

** Mestrando em Educação Física pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Ensino e Treinamento do Futsal pela Faculdade SOGIPA, licenciado e bacharel em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília, e educador na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Contato: brunoqueirozc@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6996970599743056>

***Doutorado, mestrado e graduação em Geologia pela Universidade de Brasília – UnB e pesquisador da Embrapa Cerrados – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Contato: eder.martins@embrapa.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8160265101709215>

Introdução

Cada um dos biomas brasileiros possui características únicas de solo, clima, vegetação e fauna, com desempenho de papéis cruciais na manutenção da biodiversidade e na regulação dos climas locais, regionais e global (Espindola; Artaxo, 2023). Suas singularidades caracterizam e interconectam toda a vida em nosso território, incluindo as populações urbanas, os pequenos e grandes agricultores, os povos originários e os territórios quilombolas (Euzebio; De Jesus Alves, 2022). No entanto, o crescimento das áreas destinadas à agricultura de larga escala, à pecuária, à mineração e à urbanização seguem avançando sobre as áreas de florestas nativas. Isso ocasiona a retirada da cobertura vegetal, com consequente empobrecimento dos solos, ameaça aos aquíferos superficiais e subterrâneos, alterações climáticas e grandes dificuldades à vida dos povos indígenas e quilombolas (Dutra; Souza, 2022).

Esses povos são os que detêm os saberes sobre a integração pacífica com a natureza, a partir das características de seus biomas. Esses conhecimentos compreendem desde plantas comestíveis e medicinais, agroflorestas, plantios, cuidados com o rio, com a terra, com os animais, com as comunidades humanas, até toda gama ancestral de cuidado e manejo da natureza (De Souza Oliveira; Carril; Barbosa, 2023). Os avanços da ciência caminham juntos com os custos socioambientais associados e, nesse sentido, o "saber conviver" com a natureza requer um resgate dos saberes dos povos ancestrais que habitaram e ainda habitam algumas regiões do bioma Cerrado (Guerra; Rodriguez, 2024).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária¹ (Incra, 2015) e da Fundação Cultural Palmares (Souza et al., 2025) existem 753 quilombos reconhecidos oficialmente no bioma Cerrado. A quantidade de quilombos no Cerrado reflete a importância histórica e cultural dessas comunidades no bioma, que enfrentam desafios relacionados à preservação de suas terras e modos de vida frente à expansão agrícola, imobiliária e outras pressões ambientais há muitas décadas.

Aprender com os quilombolas e com os povos originários é condição para a sobrevivência humana diante da exploração desenfreada da terra, da água, do ar e dos seres vivos. Seis dos nove limites planetários já foram ultrapassados: 1. mudanças nos limites da integridade da biosfera, com perda de diversidade genética e funcional; 2. mudança de uso da terra com o desmatamento, a urbanização e a agropecuária; 3. mudanças climáticas; 4. fluxos biogeoquímicos, especialmente nos ciclos do fósforo e nitrogênio; 5. alterações da qualidade da água doce e 6. introdução de novas entidades e substâncias imprevisíveis. Esse é o grupo de fronteiras que já foram ultrapassadas e que já atuam conjuntamente em desafio à resiliência da biosfera planetária. Esses estressores podem causar, conjuntamente, retroalimentações que influenciam a nocividade das novas

cadeias de substâncias (Richardson et al. 2023; Rockström et al., 2024). Existem ameaças a três dos limites que ainda não foram ultrapassados, mas que já apresentam riscos para o sistema: 1. a acidificação dos oceanos; 2. a depleção da camada de ozônio estratosférico e; 3. carga de aerossóis na atmosfera (Richardson et al., 2023; Rockström et al. 2024).

Se a lógica exploratória de acumulação de capital não for substituída pela lógica biogeoquímica das leis que regem o sistema Terra em termos de matéria e de energia, não há futuro possível para a humanidade (Krenak, 2022; Marques, 2023). Nesse sentido, o conhecimento, a valorização e a aprendizagem das tecnologias sociais que mantiveram os povos originários e os quilombolas existindo frente ao avanço das frentes capitalistas, não são apenas necessários, mas imprescindíveis à nossa permanência como espécie no planeta Terra.

O Distrito Federal foi delimitado dentro das fronteiras do estado de Goiás, em uma área que ocupa aproximadamente 5.802 quilômetros quadrados. Essa área inclui tanto a capital do país, Brasília, quanto diversas Regiões Administrativas que compõem o DF. Sua localização está em uma área de Cerrado que é um mosaico de fisionomias vegetais que incluem campos, savanas e formações florestais (De L. Dantas; Batalha; Pausas, 2013). Dentre os biomas terrestres, é o que apresenta maior grau de endemismo, diversidade de espécies e está entre os mais ameaçados da América do Sul. Metade da cobertura nativa do Cerrado foi retirada para uso agrícola, urbano e de mineração, além da presença de alta fragmentação de habitats (Colli; Vieira; Dianese, 2020).

Considerando a região do Distrito Federal, a mão de obra que construiu a capital é majoritariamente de trabalhadores migrantes provenientes do Nordeste, bem como de migrantes do Norte e do Centro-Oeste. No entanto, antes de os candangos chegarem na região onde seria construída a capital federal, o canteiro de obras de Brasília recebeu força de trabalho, alimentos e água do Quilombo Mesquita, localizado nos territórios do Distrito Federal e de Goiás (Abreu, 2023).

Os quilombolas Mesquita ajudaram a construir Brasília, assim como a primeira residência oficial de Juscelino Kubitschek na capital – o Catetinho –, além de terem alimentado os candangos diariamente com hortaliças, verduras, leite, carne, frutas e doces produzidos no quilombo, que seguiam em carros de bois lotados diretamente para os canteiros de obras (Transforme, 2021).

Até os dias de hoje, os descendentes dos primeiros brasileiros a erguer Brasília lutam por seus territórios e resistem à proliferação de construções de condomínios de luxo, a 64 quilômetros da Rodoviária do Plano Piloto (Abreu, 2023). Suas terras tornaram-se alvo de cobiça para especuladores imobiliários e fazendeiros, desde o início da construção de Brasília, em 1956, conforme indica o relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, 2015).

O Quilombo Mesquita é reconhecido por sua resistência e luta pela preservação de seu território e cultura, e

consolidou-se ao longo dos anos como um local de resistência à escravidão e de preservação das tradições africanas. Os moradores mantêm vivas diversas tradições culturais afro-brasileiras, incluindo festas religiosas, danças e práticas agrícolas tradicionais (Neres, 2025). A comunidade celebra festas como a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa de Nossa Senhora da Abadia, uma das mais importantes manifestações culturais e religiosas locais. Seu território foi oficialmente reconhecido como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 2006 e está em processo de titulação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, 2015). Esse reconhecimento é crucial para a garantia dos direitos territoriais e para a proteção contra a pressão imobiliária e a expansão urbana da região.

Além dos desafios relacionados à regularização fundiária e à preservação de suas terras frente ao avanço da urbanização e ao interesse imobiliário na região, há também questões ligadas ao acesso a serviços básicos, como educação, saúde e infraestrutura. Localizado no bioma Cerrado, o Quilombo Mesquita desempenha papel importante na preservação desse ecossistema. As práticas tradicionais da comunidade contribuem para a conservação da biodiversidade local e para o manejo sustentável das águas, das terras, das florestas, do ar e de todos os seres vivos (Neres, 2025).

Para a compreensão da relação entre os povos quilombolas e as pessoas em situação de rua, após a abolição da escravidão em 1888, emergiram duas formas distintas de existência marginal no Brasil: as comunidades quilombolas e as pessoas em situação de rua. Conforme Darcy Ribeiro, a sociedade brasileira incorporou os ex-escravizados como parte da "classe marginal", aqueles "ninguéns" sem reconhecimento social ou vínculo institucional, que muitas vezes se viam forçados a ocupar as ruas (Ribeiro, 1995). Paralelamente, Clóvis Moura destaca que os quilombos assumiram nova dimensão territorial e cultural no período pós-escravista, funcionando como territórios de etnicidade e reorganização social, enquanto a difusão metropolitana da pobreza gerava populações urbanas vulneráveis, despossuídas de direitos e de visibilidade (Moura, 1981). Esses dois grupos – os que se aquilombaram e os que ficaram nas ruas – representam trajetórias alternativas de negritudes marginalizadas que buscaram sobrevivência no Brasil pós-escravista.

As Populações em Situação de Rua (PSR) são vulneráveis em todas as condições básicas de sobrevivência (POP RUA, 2008). Excluídas por não terem uma casa, um emprego, uma família e todas as outras convenções sociais que fazem de um ser humano "digno" de ser tratado como tal, essas pessoas passam diariamente por situações de preconceito, desamparo, violência e invisibilidade social, que muitas vezes recai sobre elas como uma tipificação equivocada e pejorativa de pessoas loucas, vagabundas, coitadas, sujas e perigosas (Mattos; Ferreira, 2004).

Apesar de todas as condições adversas, as PSR que procuram a Escola Meninos e Meninas do Parque (EMMP)

caracterizam-se pela busca de transformações e mudanças em suas vidas e, nesse sentido, essa escola tem um papel importante no resgate da construção de subjetividades, afetos e espaços de pertencimento. Esse resgate passa pela reprodução de dinâmicas sociais que vão além dos muros da escola. Ressignificar a convivência, a cultura de paz e a compreensão da violência social em uma escala mais ampla implica em localizar a violência do imaginário colonial e explicitar as contradições, considerando as próprias experiências de vida dos estudantes, que conhecem bem o sentido das palavras "exclusão" e "violência".

A Escola Meninos e Meninas do Parque (EMMP) é uma instituição pública de Ensino de Jovens e Adultos de Natureza Especial que funciona dentro do Parque da Cidade Sarah Kubitschek, em Brasília (DF). As diretrizes desta escola estimulam a inovação do método pedagógico por meio do PEPOP – Projeto Especial de Práticas Pedagógicas Orientadas para Pessoas em Situação de Rua (Brasil, 2024). O PEPOP define estratégias pedagógicas diferenciadas, currículo e tempos de aprendizagem flexibilizados, construção de vínculos comunitários, entre outras práticas que garantam o direito à educação com dignidade e respeito à condição de vida das PSR, atravessadas pelas diversas violências sociais. A ideia de fazer uma pesquisa em um território quilombola representou uma oportunidade de verificar a prática do imaginário contracolonial operando como mecanismo de resiliência dessas populações ao longo de mais de três séculos. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo geral apresentar um panorama socioambiental sobre o imaginário contracolonial, os modos de vida e de gerenciamento da água, da energia e dos alimentos no Quilombo Mesquita, sob a perspectiva de estudantes pesquisadores em situação de rua.

1. Revisão de literatura

Apenas 20% da cobertura original do Cerrado permanece intacta, e apenas 2,2% de sua área original de ocorrência está localizada em áreas protegidas (Ferreira et al., 2020). Apesar de ser o segundo maior bioma em extensão do Brasil, o Cerrado encontra-se em situação crítica, pois a grande degradação ambiental ameaça a existência de diversas comunidades humanas, espécies animais e vegetais, sem contar o comprometimento dos processos ecológicos envolvidos na manutenção da sua dinâmica ecossistêmica e serviços ambientais associados em escala local, regional e global (Ribeiro et al., 2022).

Nas últimas décadas, há maior conscientização das nações sobre a finitude da natureza planetária e a ultrapassagem dos limites planetários (Steffen et al., 2015) e, desde a década de 1970, esforços crescentes são direcionados à priorização das agendas socioambientais para um desenvolvimento mais sustentável. São muitas as críticas e reflexões sobre o modelo exploratório de

desenvolvimento capitalista que, no que se refere à desigualdade social, à produção de alimentos, água e energia, apresenta diversas disparidades e incongruências.

Novas tecnologias são apresentadas às sociedades como soluções, com a contrapartida de degradação dos ecossistemas, da qualidade de vida das populações mais vulneráveis e desregulação de toda dinâmica física, química e biológica do sistema Terra. Mesmo com o aumento das áreas agricultáveis, a produção agrícola de larga escala depende de insumos internacionais e não leva alimento para as populações do Brasil (Mesquita, 2018). Os alimentos são exportados para outros países como *commodities* agrícolas, e essa produção é acompanhada de muitos efeitos adversos, como uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, que agravam as crises globais em curso e impactam os ambientes nas áreas onde é desenvolvida (Fornazier et al., 2022).

Para Ailton Krenak (2019, 2020, 2022), a humanidade, ao longo de sua jornada no planeta Terra, fez escolhas equivocadas para justificar o uso da violência e da opressão. Ele interpreta o termo “humanidade” como sendo uma denominação criada por brancos europeus que saíram colonizando o resto do mundo porque tinham esclarecimento e outros povos tinham obscurecimento. Para o autor, os povos indígenas já tiveram que lidar com o fim do mundo desde o genocídio e o epistemicídio (Santos, B., 2000) promovidos pelos colonizadores europeus desde o século XVI.

Krenak pontua que há várias humanidades distintas, mas o termo “humanidade” cunhado pelo dito mundo “civilizado”, pretendeu homogeneizar toda a diversidade de povos dos países do sul do Equador, como se só houvesse uma possibilidade de vida possível: a do trabalho escravo, a do consumo desenfreado, a da separação dos laços de afetividade entre comunidades, a da destruição dos laços de pertencimento, a do Deus único e punitivo, a da busca do dinheiro como razão de existência e de sobrevivência e a da redução da natureza e dos fazeres humanos mercadorias (Krenak, 2019, 2020).

Kaká Jerá Jecupé em “A Terra dos Mil Povos” conta a história indígena do Brasil pela sua perspectiva e explicita que fazem parte do poder criador dos ancestrais primeiros o Sol, a Lua, o arco-íris, a terra, a água, o fogo e o ar, regidos por Jakairá, Karai Ru Ete, Tupã, Namandu – que, por sua vez, colaboram para gestar a tribo humana. Para o povo indígena, a natureza não atua mecanicamente dentro da Mãe Terra (Jecupé, 2020). Segundo o autor, cada nação ou clã guarda em sua memória cultural sua ascendência dentro do reino da natureza, de acordo com o pensamento da ancestralidade, incluindo a memória dos pais, da interação desses ou do namoro dos Pais Trovões com a Mãe Terra (Jecupé, 2020). Para os povos originários, não apenas inexitem “recursos naturais”, como tudo o que existe na natureza é vivo e faz parte de sua família/comunidade.

De acordo com as ideias do líder quilombola, filósofo, poeta e escritor Antônio Bispo dos Santos, em sua obra “A Terra Dá, A Terra Quer” (2023), a criação de um imaginário

que tenha por referencial as culturas quilombolas é necessária ao questionamento e à desconstrução da imperativa lógica colonialista sociocultural brasileira, a partir de outro referencial de interpretação das palavras estruturantes de um país colonizado por povos “eurocristãos monoteístas”.

Bispo cria palavras e conceitos contracoloniais para desfazer e limitar a dominação e a subjugação dos povos que já habitavam o Brasil “recém-descoberto” e aqueles trazidos da África como mão de obra escrava. Bispo relata que aprendeu a escrita para contracolônizar os modos de vida impostos pela cultura “eurocristã monoteísta”, estabelecendo rótulos claros aos colonizadores em resposta aos conceitos inventados por eles para controlar, escravizar e invadir as mentes e os modos de vida dos povos colonizados. Para o autor, a cosmofofia - medo do cosmos, das águas, da terra, do fogo, do ar e da vida - é um dos motivos pelos quais os colonizadores “eurocristãos monoteístas” controlam, expropriam, exaurem e destroem a natureza e todos os povos intimamente a ela vinculados.

De acordo com Dos Santos (2023) em *A Terra Dá, A Terra Quer*:

Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizessemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afro-confluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter! (Dos Santos, 2023, p. 27).

A comunidade quilombola Mesquita tem uma história rica e, de acordo com estudos de Neres (2016), em 1775 houve uma grande crise na extração de ouro, fato que levou muitas das famílias pioneiras portuguesas Mesquita, descendentes dos bandeirantes, a deixarem o município de Luziânia (GO). Dada a hipótese de doação de terras a três mulheres escravizadas é provável que a família de José Mesquita tenha feito parte das que migraram do município (Bertran, 2011).

De acordo com Neres (2016), fontes orais com frequência mencionaram o nome “João Mesquita” ou “Capitão Mesquita”, mas, em termos documentais, não houve na pesquisa realizada pelo autor, alguma comprovação sobre esses termos. O atestado de óbito de José Mesquita data de 1925, momento histórico posterior à promulgação da Lei Áurea (1888), o que aponta para um propício movimento de ocupação da terra por parte dos antigos escravizados, visto que o dono falecera e seus familiares não se viram em condições de manter o controle das propriedades (Neres, 2016). No entanto, José de Mesquita parece ter sido, de fato, o antigo proprietário da Fazenda Mesquita, onde se constituiu o quilombo de mesmo nome. Bertran (2011) afirma ser esse o Mesquita referenciado na fazenda, no rio e no arraial de nome Mesquita.

Segundo Neres (2016), existe uma conscientização perceptível nos quilombolas Mesquita, em especial

naqueles mais atuantes junto às ações de liderança, considerando que sua luta diária evidencia as particularidades do momento histórico em curso e que há alusão à dura vida dos ancestrais com frequência nas rodas de conversa. Com isso, há exposição do campo das relações dos antigos, e identifica-se com facilidade as figuras adversárias do passado e do presente (Neres, 2016), em um exercício recorrente de rememoração do passado.

Nessa direção, o filósofo queniano Mbiti (1990) discute a concepção africana de tempo como um fenômeno bidimensional, enfatizando a centralidade do passado e do presente na construção da realidade e a virtual ausência do futuro como categoria temporal significativa. Abdias do Nascimento (1980) também aborda a importância da ancestralidade africana na formação da identidade e na luta contra o racismo, destacando a necessidade de resgatar e valorizar as raízes africanas para a construção de um futuro mais justo e igualitário. Originário do povo Akan, da África Ocidental (Gana, Togo e Costa do Marfim), Sankofa é um conceito central nas filosofias africanas, que expressa a importância de lembrar o passado para a compreensão da ancestralidade, viver plenamente o presente e projetar um futuro mais consciente (Diouf, 2018).

Para lembrar o passado com dados recentes, 55% da população brasileira é composta por pardos e negros. O Brasil pode ser considerado o segundo maior país em população originária da África, só perdendo o pódio para a Nigéria (Schwarcz, 2019). Se, por um lado, essa mistura produziu novos ritmos, artes, cantos, culinárias, aromas, danças e ritos, por outro, engendrou uma nação que naturaliza a desigualdade racial, na figura das pessoas em situação de rua, das empregadas domésticas, dos trabalhadores manuais, da ausência de negros nos ambientes corporativos e empresariais, nos teatros, nas salas de concerto, nos clubes etc (Schwarcz, 2019). Segundo a autora, o Brasil é uma nação profundamente desigual e racista, cujos altos índices de violência não pararam no tempo da escravidão, mas seguem crescentes, reconfigurados como ferramentas ideológicas para perpetuar a manutenção de privilégios de uma sociedade autoritária, acostumada à hierarquia do mando, aprofundando o fosso das distâncias sociais.

Nesse sentido, entendendo a situação das pessoas em situação de rua como um fenômeno urbano, produto da desigualdade, da exclusão social, do racismo e do apatamento da terra, com negação de acesso ao mundo do trabalho, aos bens sociais (Castel, 2005), à ancestralidade e à segurança alimentar (Fornazier et al., 2022), projetou-se nesta pesquisa a ideia de um processo investigativo que viabilizasse maior conhecimento prático sobre as formas seculares de resiliência contracolônial quilombola - no Quilombo Mesquita - aos estudantes da EMMP.

Para além de um ambiente de pertencimento, alimentação e educação, a EMMP propicia o que Paulo Freire descreve na obra "Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma

experiência em processo":

A ajuda autêntica, não é demais insistir. É aquela em cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar. Somente numa tal prática, em que os que ajudam e os que são ajudados se ajudam simultaneamente, é que o ato de ajudar não se distorce em dominação do que ajuda sobre quem é ajudado (Freire, 2006, p. 11).

Dessa forma, somente atuando como educadores militantes e, jamais como especialistas "neutros", seguindo os pressupostos de Freire (2006), pôde-se prestar as devidas orientações e colaborações na construção da proposta, coleta de dados e análise da pesquisa, com um esforço pedagógico colaborativo e construtivo comum.

Da mesma forma que a experiência de Freire orientada pela educação libertadora e pelo respeito aos saberes populares foram ferramentas de emancipação política também na reconstrução do sistema educacional de Guiné-Bissau, após sua independência de Portugal em 1974, assim compreende-se as diretrizes necessárias ao fazer pedagógico na Rede Pública de Ensino Básico no Brasil.

O trabalho de Freire inspira e pereniza uma pedagogia que valoriza o contexto local, rompe com o colonialismo epistemológico e incentiva a criação de uma escola comprometida com a autodeterminação dos povos. O diálogo, a práxis e a conscientização são pilares para as transformações sociais. A criação desta pesquisa, baseada nesses princípios, propôs estratégias de investigação para promover aprendizagens socioambientais ancestrais e compartilhamentos de vida sobre a arte da resistência contracolônial quilombola aos estudantes da Escola Meninos e Meninas do Parque (EMMP).

2. Metodologia

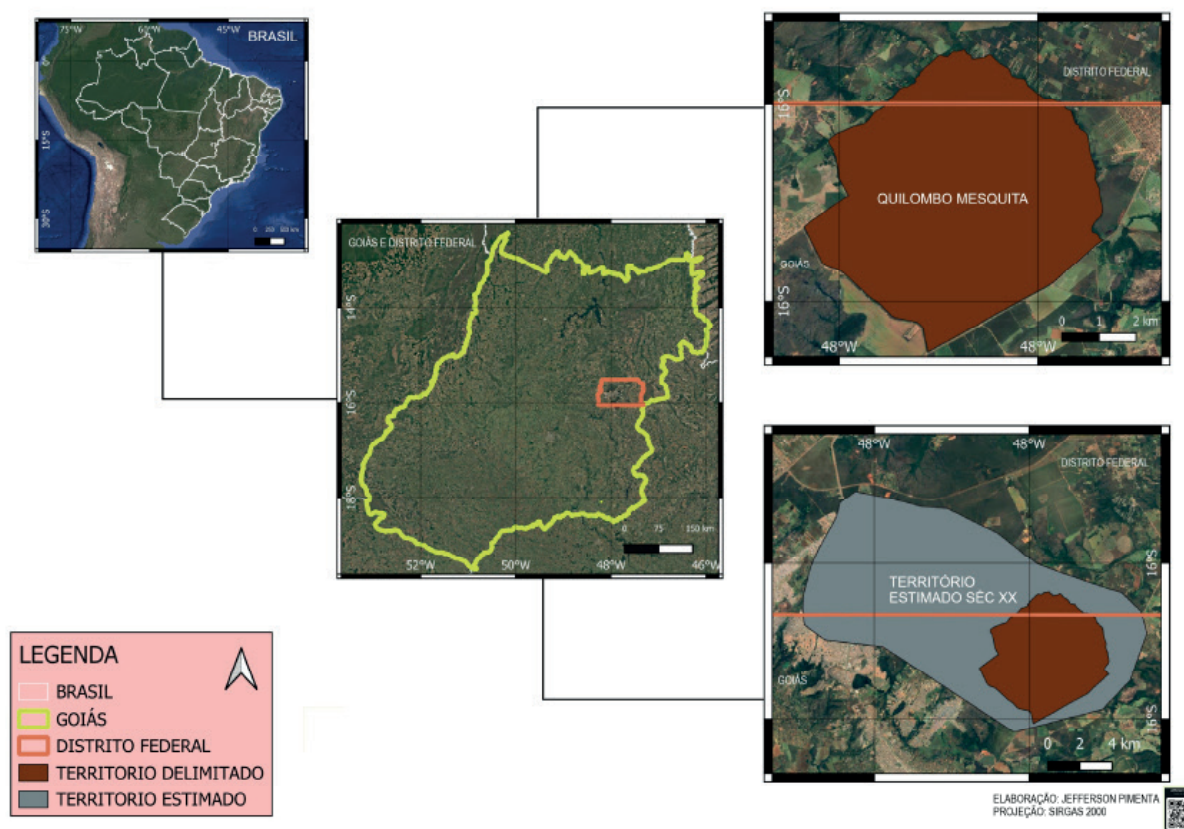
2.1 Área de estudo

A comunidade remanescente do Quilombo Mesquita localiza-se no município de Cidade Ocidental – Goiás –, no entorno do Distrito Federal e Goiânia. Atualmente, a comunidade possui cerca de 3.000 pessoas distribuídas em 4,2 mil hectares, conforme a Figura 1 demonstra.

Segundo Abreu (2023), entre o mito de Dom Bosco e o sonho de JK, havia um quilombo que, nos últimos 63 anos, perdera cerca de 10 vezes o seu território. O Quilombo Mesquita é uma comunidade quilombola localizada dentro das regiões do Distrito Federal e do Goiás e que resistiu ao ciclo do ouro, mas não à expansão imobiliária no Planalto Central (Abreu, 2023).

O território que hoje é o Distrito Federal foi parte de uma comunidade quilombola que vivia em um campo aberto de Cerrado, onde descendentes de pessoas escravizadas levavam bois para passear (Abreu, 2023). Com a chegada dos maquinários que ergueriam Brasília, aos

Figura 1- Área do território do Quilombo Mesquita estimada no século XX e área atualmente delimitada



Fonte: Jefferson Pimenta. Projeção: SIRGAS 2000.

poucos o Quilombo Mesquita foi perdendo terreno e se afastando do polígono que constitui a área do DF.

O estudo “Lugares de Memória do Quilombo Mesquita”, da pesquisadora Cyntia Temoteo da Costa Silva, realizado na Universidade Federal da Bahia em 2018, destacou o impacto da construção da nova capital para os descendentes de escravizados que ali habitavam:

A construção da capital foi, aos poucos, expulsando as famílias que ali moravam, mais próximas de onde foi construído o Catetinho, primeira residência oficial de Brasília. O território do Mesquita, que antes se expandia além das áreas originais da fazenda, foi se centralizando nas áreas a eles concedidas” (Silva, 2018, p. 34).

A demarcação de terra do Distrito Federal, onde parte do território quilombola se encontra, não levou em conta sua existência. Sem conseguir provar a titularidade da terra, parte de seus territórios foi desapropriada e ocupada pelo Estado (Silva, 2018).

De acordo com o estudo de Ivanise Rodrigues dos Santos, publicado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Santos, I., 2012), além de

serem profundamente ligados ao seu território, os mesquitenses desenvolveram a tradição do cultivo do marmelo (*Cydonia oblonga*), planta proveniente da Ásia Menor e do sudeste da Europa (AGROLINK, 2021), de ciclo demorado, introduzida pelos portugueses durante a colonização e que requer cuidados específicos, desde sua poda até o preparo da marmelada.

A partir daí, inicia-se a formação da comunidade negra rural, com base nas relações de parentesco e na agricultura familiar. Entre as atividades produtivas, perpetua-se a confecção de marmelada realizada na antiga fazenda até os dias atuais, mesmo diante das dificuldades externas advindas do avanço imobiliário sobre suas fronteiras.

Mesquita foi certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2006 e o seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi publicado em 2011, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (Santos, S., 2015).

2.2. Metodologia de análise

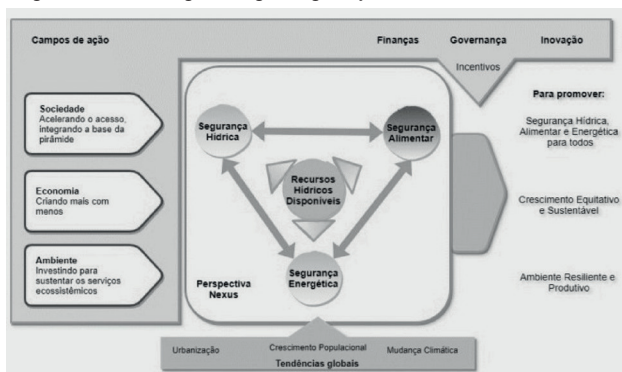
Para analisar a sustentabilidade do sistema produtivo e

da comunidade do Quilombo Mesquita, utilizou-se a metodologia Nexus (água, energia e alimento), bem como os 10 princípios da Agroecologia Nexus e as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A análise de sustentabilidade em pequenas propriedades é uma ferramenta eficaz para mensurar a exploração humana do meio ambiente em que se vive e trabalha, apresentando como as transformações do espaço se ajustam, em médio e longo prazo, à manutenção da atividade agrícola e outras atividades produtivas. Dessa forma, a análise de sustentabilidade mapeia a capacidade de uso consciente dos recursos naturais, sem comprometimento do bem-estar das gerações futuras que dependerão da terra para obter segurança alimentar.

A abordagem FEW Nexus, ou nexo entre água, energia e alimento, pode contribuir para o planejamento e implementação de ações de forma conjunta, em especial quando se lida com o uso de recursos naturais. Além disso, é preciso repensar o modelo produtivo que utiliza tantos insumos externos às propriedades rurais e recursos não renováveis (Fornazier et al., 2022). Nexus é uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento sustentável, que entrou na agenda para discutir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Os autores também destacam que essa ferramenta contribui para promover a equidade entre indivíduos e comunidades nas agendas de desenvolvimento local e global (Fornazier et al., 2022).

Figura 2. Nexo entre água, energia e segurança alimentar, 2019 (%)



Fonte: Fornazier et al., 2022, p. 31.

A Figura 2 mostra o Nexus e suas relações com a sociedade, economia, ambiente, bem como com as tendências globais, e ainda os seus campos de ação (finanças, governança e inovação).

A abordagem Nexus apresenta-se como uma proposta capaz de lidar com os problemas da produção de alimentos convencional ao combinar estratégia global e integração multissetorial, facilitando que as agendas globais sejam cumpridas. Contudo, o Nexus enfrenta o desafio de sua operacionalização que passa, dentre outros aspectos, pela necessidade de sua aplicação em escala local, ou seja, no contexto dos territórios que, para os fins desta análise, é

o território do Quilombo Mesquita. Os estudos do Nexus frequentemente focam na segurança dos recursos em escala ampla, em detrimento dos recursos em escala local (Fornazier et al., 2022).

A Agroecologia já era praticada pelos povos e comunidades originárias e quilombolas desde tempos imemoriais no território brasileiro, antes mesmo de receber essa denominação, “Brasil” (Dos Santos, 2015; Dos Santos, 2023). A Agroecologia resgata princípios ecológicos das interações e dinâmicas entre plantas, microrganismos e animais, tornando a relação entre humanos e meio ambiente menos impactante. A Agroecologia já praticada nos quilombos pressupõe, também, um modelo de transformação de base social, necessário às transformações dos padrões da agricultura convencional. Para isso, esse campo demanda uma governança baseada em processos que valorizem as comunidades e/ou os produtores, contextualizada a partir da identificação dos problemas locais, que podem ser muito variados (Fornazier et al., 2022).

Em seu estudo, Fornazier et al. (2022) propuseram 10 princípios de desenho para a elaboração de ações, regras locais, planos ou políticas que integrem as abordagens Agroecologia e Nexus, para alavancar a Agenda 2030, tendo como base os sistemas agroalimentares. Partindo do conjunto dos dez princípios convergentes e aglutinadores dessas abordagens, entendemos que eles podem ser utilizados como um guia prático, orientando para uma transição agroecológica e uma melhor governança integrada aos recursos e às seguranças Nexus em sistemas agroalimentares. Os dez princípios de desenho com base no modelo Agroecologia-Nexus estão descritos no Anexo A deste estudo.

O “Índice de sustentabilidade” do Quilombo Mesquita foi calculado conforme as respostas da comunidade a esses 10 (dez) princípios. Para nortear a construção desse resultado, foi necessário utilizar uma matriz com pontuação de 0 a 3, conforme o Quadro 1:

Quadro 1. Matriz de pontuação de 0 a 3 para avaliação do “índice de sustentabilidade” do Quilombo Mesquita de acordo com a renda domiciliar - Distrito Federal, 2019 (%)

Pontuação	Categoria	Associação ao princípio Agroecologia-Nexus
0	Não atende	Quando o princípio Agroecologia-Nexus não é atendido ou seguido
1	Atende parcialmente	Quando o princípio Agroecologia-Nexus é atendido parcialmente ou não atende integralmente
2	Atende totalmente	Quando o princípio Agroecologia-Nexus é atendido em sua totalidade ou integralidade
3	Atende e é referência	Quando o princípio Agroecologia-Nexus é atendido em sua integridade, bem como é referência para outros agricultores familiares/comunidades

Fonte: Adaptado de Fornazier et al., 2022.

A metodologia do presente trabalho foi dividida em 3 etapas: 1) Adaptação e aplicação do questionário com a abordagem Nexus & Agroecologia na comunidade do Quilombo Mesquita pelos estudantes e educadores conforme ANEXO A; 2) Aplicação do questionário adaptado de Nogueira (2022) conforme

ANEXO B; 3) Tratamento e análise coletiva dos dados.

Além da análise da unidade produtiva pelo método de Fornazier et al. (2022) com a proposta dos 10 Princípios da Agroecologia Nexus, foi aplicado o questionário proposto por Nogueira (2002), elaborado com adaptação e aplicação da proposta metodológica (indicadores) de Fornazier et al. (2022) para a montagem dos questionários, com base na interseção entre o modelo Agroecologia Nexus e Agenda 2030. O questionário adaptado encontra-se no Anexo B.

2.3 A preparação dos estudantes pesquisadores da EMMP

À época da construção do projeto de pesquisa no Quilombo Mesquita, foram objetos de estudo na escola as ideias do líder quilombola Antônio Bispo dos Santos e do líder indígena Ailton Krenak, por meio de vídeos e leituras que trouxeram à tona diversas discussões sobre as possibilidades de aplicação das ideias contracoloniais no cotidiano. Os estudantes localizaram as origens da própria condição social com uma compreensão ampliada da violência estruturante do imaginário colonizador, adquirindo habilidades para localizar e nomear as práticas opressoras necropolíticas (Mbembe, 2016) implantadas nos territórios explorados desde os tempos coloniais e que perpetuam a desigualdade e a opressão até os dias atuais.

A sugestão da visita e da possibilidade de realização da pesquisa no Quilombo Mesquita animou os estudantes. Houve diálogo dos educadores com os estudantes sobre os temas que poderiam ser pesquisados, para além do imaginário contracolonial já estudado na escola pelas ideias de Antônio Bispo dos Santos (2019, 2023) e de Ailton Krenak (2019, 2020, 2022). Pesquisou-se, então, o alinhamento da comunidade às ideias de gestão sustentável de água, energia e alimento e a consonância de suas práticas agroecológicas com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Houve explicação sobre a necessidade de uma postura ética, respeitosa, de escuta ativa e de sensibilidade na realização das entrevistas na comunidade, que recebeu a equipe da EMMP com muito acolhimento. As entrevistas foram realizadas em conversa coletiva com representantes da comunidade, que receberam a equipe de estudantes e educadores da EMMP, respondendo aos questionamentos conforme suas percepções.

Após a visita, discutiram-se as categorizações das respostas de cada um dos 11 entrevistados para as perguntas propostas e chegamos aos resultados realizando os cálculos para o índice de sustentabilidade, a construção dos gráficos, a identificação dos ODS e também a análise dos dados qualitativos que foram descritos nos resultados da pesquisa. A partir dessa discussão, foi realizada uma média entre as categorias determinadas pelos estudantes

em 11 questionários de campo do tipo I e 11 questionários de campo do tipo II (Anexos A e B), e feita uma análise coletiva dos resultados no quadro em sala de aula.

3. Resultados e discussão

Apresenta-se um panorama baseado em levantamentos, visitação *in loco* e entrevistas sobre o imaginário, os modos de vida, conhecimentos e habilidades do Quilombo Mesquita e suas formas de produção de alimentos, obtenção de água, energia e coleta de espécies comestíveis, medicinais, artesanais do Cerrado.

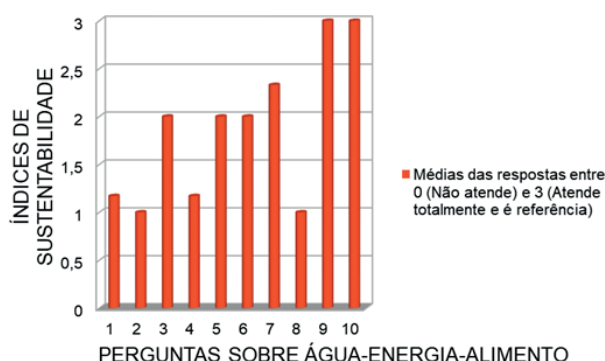
Inicialmente, os 11 questionários foram aplicados contendo os 10 princípios da Agroecologia e o conceito Nexus (água-energia-alimento), que estão interligados na busca por soluções sustentáveis que integram a produção agrícola com a gestão eficiente da terra, da água, do ar e dos seres vivos. Sabendo que a agroecologia é uma abordagem de produção agrícola que se baseia em princípios ecológicos e promove a sustentabilidade, a diversidade biológica, o uso eficiente de recursos e a justiça social, buscou-se avaliar em que medida os sistemas agrícolas do Quilombo Mesquita atendem aos princípios de sustentabilidade para o uso da água, captação de energia e produção de alimentos.

Seus princípios incluem a diversificação de cultivos e a promoção da biodiversidade nas plantações; a ciclagem de nutrientes por meio da reciclagem dos resíduos orgânicos e nutrientes dentro do sistema agrícola; eficiência no uso de recursos com a minimização do uso de insumos externos e a otimização dos recursos locais; resiliência ecológica pela criação de sistemas agrícolas que sejam mais resistentes às mudanças sazonais e crises climáticas; além da equidade social, com fomento à justiça social e à participação das comunidades locais na tomada de decisões.

Os resultados da avaliação do índice de sustentabilidade pelos princípios da Agroecologia Nexus, conforme as percepções de cada estudante, estão representados na Figura 3. O modelo produtivo adotado pelos quilombolas mesquitenses teve como média 1,87, estando mais próximos da escala "atende totalmente". Nenhum item teve por resposta o quesito "não atende", conforme a percepção dos estudantes pesquisadores e de acordo com a metodologia utilizada. Nessa escala, a média mínima seria 0 e a máxima, 3,0. Considerando a avaliação do índice de sustentabilidade pelos 10 princípios da Agroecologia-Nexus, foi demonstrado que, de acordo com a percepção dos estudantes participantes da pesquisa, os 10 princípios são parcialmente atendidos pelo Quilombo Mesquita.

O conceito de Nexus Água-Energia-Alimento aborda a interconexão entre os sistemas de água, energia e alimentos, reconhecendo que a gestão eficiente desses três setores é essencial para a resiliência dos ecossistemas e sociedades. Ele surgiu como uma resposta

Figura 3. Resultados da Sustentabilidade do Sistema Agroecologia Nexus Água-Energia-Alimento no Quilombo Mesquita (Média = 1,87)



Fonte: Elaborado pelos autores.

ao crescente impacto da demanda por recursos naturais, mudanças climáticas e pressões demográficas (Hoff, 2011), como demonstra a Figura 4

No Quilombo Mesquita, foi feita a investigação

Figura 4. Interconexão essencial entre água, energia e alimento ao desenvolvimento

TRIÁDE DA SUSTENTABILIDADE NEXUS



Fonte: Elaboração dos autores.

dos Princípios Nexus aplicados à Agroecologia, sobre a integração de recursos com a utilização de práticas agrícolas que otimizem o uso de água e energia, como a agrofloresta, que conserva a água e melhora a fertilidade do solo; a promoção de fontes de energia renováveis (como solar e eólica) nas práticas agrícolas; e a gestão sustentável da água, com a implementação de técnicas de captação e reutilização, como sistemas de irrigação eficientes e armazenamento de água da chuva. Além disso, foi verificada a sinergia entre os setores, tais como a coordenação de políticas e práticas que considerem simultaneamente o impacto das decisões na água, energia e produção alimentar, promovendo sustentabilidade.

Ao integrar esses princípios, é possível desenvolver sistemas agrícolas mais resilientes, eficientes e menos dependentes de insumos externos. O Nexus é uma ferramenta essencial para planejar estratégias que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, mitigando conflitos entre diferentes setores e garantindo segurança alimentar e hídrica (FAO, 2014).

Nesse sentido, em uma análise qualitativa descritiva, foi possível observar, a partir dos questionários

adaptados de Nogueira (2022), que 20% da área total do Quilombo Mesquita é destinada ao uso agrícola e domiciliar, e que 80% da área total é composta por vegetação nativa, com áreas protegidas de Cerrado e de mananciais.

As mulheres representam a liderança da comunidade, com uma representação de 60% da população total, com igualdade de direitos entre gêneros. A energia utilizada é fornecida 100% pela rede estadual (Equatorial Energia), não havendo formas alternativas de produção energética.

A água é obtida simultaneamente pela rede municipal, por meio de um poço artesiano, e há nascentes no território. O uso da água aumentou ao longo do tempo com o aumento da comunidade. Não há informações sobre a existência de algum tipo de contaminação ou análise de qualidade da água. O lixo que não é aproveitado é coletado pelo sistema de coleta municipal. O lixo orgânico produzido é reaproveitado para a produção de alimentos, e não há produção de resíduos tóxicos.

Os materiais recicláveis são destinados às cooperativas de reciclagem. Aproximadamente 30% da comunidade possui o título de posse da terra. A comunidade manifesta preocupação com as questões ambientais, em especial com a proteção das nascentes. Há promoção de encontros, reuniões, cursos e trocas de saberes e experiências relacionadas à sustentabilidade e ao uso dos recursos naturais, com ações de conscientização para as pessoas da comunidade.

Em termos de produção de alimentos, a comunidade produz couve, coentro, cebolinha, cebola, alface, grãos de milho e feijão, folhagens em geral e alguns legumes. Aproximadamente 30% do alimento produzido é perdido. A comunidade desenvolveu um sistema de secagem para chás e produz, dentre legumes e hortaliças, marmelada e goiabada para comercialização.

Aproximadamente 20% da comunidade participa de eventos de troca de experiências sobre produção e comercialização de alimentos. A comunidade demonstra satisfação com a gestão realizada pelas mulheres da Associação Comunitária. Segundo a percepção dos estudantes entrevistadores, há baixa frequência de casos de conflitos que afetam a união e a organização da comunidade. No entanto, essa informação parte da percepção dos entrevistadores, não implicando a inexistência completa de conflitos internos e/ou externos.

Pelo próprio histórico da comunidade, há lutas constantes contra o avanço da especulação imobiliária sobre as fronteiras de seus territórios. Como mostram os estudos de Ivanise dos Santos (2012):

Ainda que não verificada plenamente, tendo em vista o constante assédio imobiliário realizado por fazendeiros e outros loteadores, os mesquitenses afirmam que, desde que são os proprietários daquelas terras, possuem a liberdade para plantarem seus roçados e os pés de marmelo, bem como a autonomia para retirar dessa produção o seu sustento, sem depender de ninguém. Assim, reafirmam que a família forte, aliada ao

trabalho com a terra, constituem os elementos que possibilitaram a sua reprodução através dos tempos (Santos, I., 2012, p. 21).

As formas de resiliência no convívio social e na manutenção da estrutura das comunidades do Quilombo Mesquita ao longo dos séculos pareceram ocorrer por meio de uma convivência construtiva e colaborativa entre os membros de uma comunidade/família forte e do acesso ao cultivo da terra. Suas práticas de administração dos recursos naturais poderiam ser replicadas pelos estudantes da Escola Meninos e Meninas do Parque e por outras populações em situação de rua, caso tivessem algum tipo de acesso à terra.

Essa falta de acesso à terra causa graves prejuízos às populações socialmente vulneráveis, promovendo exclusão do direito básico à moradia, que deveria ser garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º (Brasil, 1988), e pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000 (Brasil, 2000), na qual a moradia fora incluída como direito social. Assim, as populações em situação de rua são completamente apartadas da possibilidade de usufruir da terra para produzir alimentos, acessar corpos hídricos e obter condições básicas e dignas de sobrevivência.

A indisponibilidade de terras para a construção de moradias populares, por sua vez, agrava esse problema, ampliando o número de indivíduos sem acesso a uma residência fixa e perenizando a segregação social e urbana. De acordo com estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a população em situação de rua no Brasil apresentou um crescimento significativo desde o início da pandemia de COVID-19. Em março de 2020, estimava-se que havia 221.869 pessoas nessa condição. Esse número aumentou para 227.087 em agosto de 2023, conforme dados do Cadastro Único (CadÚnico) (Natalino, 2023).

Além disso, estudos mostram que as políticas de uso da terra e o zoneamento muitas vezes perpetuam desigualdades estruturais ao restringirem a construção de habitações multifamiliares e ao promoverem o zoneamento exclusivo para residências unifamiliares, favorecendo áreas mais ricas e limitando o desenvolvimento em áreas de menor renda. Essa dinâmica reforça um ciclo de pobreza, no qual populações vulneráveis são impedidas de acessar espaços de moradia adequados, o que afeta diretamente sua qualidade de vida e seus direitos básicos, como o acesso à água e ao saneamento básico (Ko, 2023; Colburn; Aldern, 2022; Un Habitat, 2024).

A situação também não é favorável para as populações que possuem algum tipo de acesso às pequenas propriedades. Estudos apontam que a agricultura familiar - responsável por grande parte da alimentação nacional - detém apenas cerca de 23% da terra agrícola no Brasil, enquanto enfrenta diversas vulnerabilidades estruturais, especialmente por falta de apoio efetivo do Estado, frente à expansão do agronegócio que concentra terras, monoculturas e insumos (EMBRAPA, 2025; OXFAM Brasil, 2016). Esse cenário evidencia como a ausência de vontade política reforça desigualdades

territoriais, limita a adoção de práticas sustentáveis e dificulta a autonomia produtiva das pequenas propriedades.

No território do Quilombo Mesquita, também há problemas de apoio estatal para melhoria da gestão de suas práticas agrícolas. No entanto, em relação aos resultados obtidos pelos indicadores de análise e monitoramento dos agroecossistemas com base no modelo Agroecologia-Nexus e nas metas dos ODS da Agenda 2030, pode-se demonstrar que há eficácia na adoção de práticas sustentáveis no modelo produtivo de agricultura familiar por meio do sistema de produção orgânico de base agroecológica.

Suas práticas contribuem para: a conservação da biodiversidade e do equilíbrio ecológico; a redução dos impactos ambientais ao solo e a água; a sanidade geral das plantas, dos animais e do ser humano; a manutenção de áreas protegidas como ação contra as mudanças globais do clima; e a produção de alimentos saudáveis, com destaque para os ODS: 1 - Erradicação da Pobreza; 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3 - Saúde e Bem-estar; 5 - Igualdade de Gênero; 10 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12 - Consumo e Produção Responsáveis; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima; 14 - Vida na Água; 15 - Vida Terrestre, conforme a Figura 5.

Figura 5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 relacionados às práticas de gestão de água-energia-alimento no Quilombo Mesquita



Fonte: Adaptado de Organização das Nações Unidas (ONU, 2016).

Os problemas apresentados referem-se às lacunas quanto ao uso de energias sustentáveis, relacionadas à adoção de fontes de energias alternativas ou outras opções que não sejam a energia elétrica proveniente da concessionária. Outra questão é a ausência de captação de água da chuva e o fato de que cerca de 70% da comunidade não possui o título da terra, apesar de permanecer e cultivar a terra há quase 300 anos.

Há necessidade de fortalecimento de parcerias com associações, cooperativas e sindicatos de produtores orgânicos e assessorias técnicas financeiras para a superação da dependência do fornecimento de energia da rede concessionária, captação e aproveitamento da água da chuva e auxílio às dificuldades de produção e comercialização dos alimentos do sistema de agricultura familiar.

Esses vínculos e parcerias podem auxiliar na disseminação de novas práticas, técnicas ou tecnologias apropriadas com base agroecológica; em ações direcionadas à troca de conhecimentos, capacitações e experiências;

na elaboração de novos produtos; no domínio da gestão financeira da produtividade e dos insumos utilizados na produção agrícola; e no fortalecimento da agroindústria de base familiar para proporcionar maior geração de renda e qualidade de vida à comunidade do Quilombo Mesquita.

Os laços de solidariedade desenvolvidos pela equipe ao longo de todo o processo de pesquisa revelaram a importância do espírito cooperativo, da capacidade de escuta e dos laços de boa convivência social voltados ao “envolvimento” entre os seres vivos e a Terra (Dos Santos, 2023). Obviamente, o acesso à terra é determinante na construção da dignidade social e da soberania alimentar, evidenciando a importância dos aprendizados sobre o panorama socioambiental e cultural no Quilombo Mesquita. No entanto, como o estudo se propôs a produzir indicadores de sustentabilidade e verificar o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, a questão claramente exposta com a pesquisa foi a contradição do próprio lema da Agenda 2030: “Ninguém é deixado para trás”. Para os estudantes pesquisadores da EMMP, o lema se configurou em mais uma das falácias excludentes da economia capitalista.

Considerações finais

A frase que intitula esta pesquisa - “Nosso futuro é ancestral” – foi inspirada no livro “Futuro Ancestral” de Ailton Krenak (2022), reflete profunda sabedoria das culturas indígenas e quilombolas, que enxergam o futuro como uma continuidade do tempo espiralado e não linear das tradições e conhecimentos ancestrais. Para essas comunidades, o conceito de “progresso” não serve para a convivência em conformidade com as leis naturais.

Antônio Bispo associa essa desconexão das civilizações humanas com o planeta, entre outros fatores, ao sentimento de cosmofofia. A cosmofofia não apenas revela o medo de tudo o que vem do Cosmos - a água, a terra, o fogo e o ar – como também uma predisposição a dominar, explorar e controlar as forças cosmológicas como se houvesse essa possibilidade. Essa predisposição ao controle e à destruição, apartada de qualquer tipo de sensação de pertencimento ao sistema Terra como um todo, também desencadeia as ações bélicas e violentas contra os corpos não hegemônicos considerados indignos de existência digna e autônoma. Sob essa ótica, o medo pode ser um dos fatores originários da relação expropriatória e degradante da humanidade com a natureza.

As atuais mudanças climáticas presenciadas em todo o mundo são consequência das tentativas de autorregulação do sistema Terra diante das alterações termodinâmicas e biogeoquímicas sem precedentes nos níveis de poluentes e gases de efeito estufa acumulados no ar, produtos químicos nas águas, na terra e nos seres vivos. Se, neste decênio – 2020-2030 - nenhuma medida drástica for tomada em relação ao modelo de desenvolvimento

capitalista imperialista exploratório, todos serão testemunha de crescentes e imprevisíveis episódios de eventos extremos no sistema terrestre, com os maiores prejuízos e riscos associados às populações mais vulneráveis. Há necessidade urgente de a civilização fazer a transição energética para matrizes sustentáveis, preservar os corpos hídricos e garantir a segurança alimentar e condições de vida à toda a população mundial e a todos os seres vivos que têm direito intrínseco à vida, conforme as metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

O lema da Agenda 2030 é “Ninguém é deixado para trás”. Os estudantes pesquisadores deste estudo são recorrentemente deixados para trás e questionam a existência de ações concretas para a redução das desigualdades e para o direito de acesso à terra. Eles desenvolveram um olhar mais crítico e ampliado sobre a ancestralidade brasileira como nação, além de habilidades de trabalho em equipe, cooperação, fortalecimento da autoestima e construção de relações sociais mais solidárias, resistentes, pacíficas e prazerosas. A visualização do imaginário contracolônial quilombola operando no mundo real agregou ainda mudanças de perspectiva sobre a urgência da necessidade humana de cooperação, união, amizade e luta pelos direitos ao acesso à terra, à soberania alimentar, à moradia e à dignidade humana.

O resgate dos saberes, das ancestralidades, dos modos de vida e dos laços de pertencimento às comunidades e à terra, praticados pelas populações originárias e pelas comunidades quilombolas, é essencial a novas alternativas de existência alinhadas às leis naturais e à capacidade de suporte do planeta. Esse resgate não é apenas um olhar para o passado, mas um caminho para reinventar o futuro. A prática da “ancestralidade viva” - que integra os rituais, os modos de cultivo e a organização comunitária quilombola - se opõe à lógica do consumismo e da exploração predatória das águas, do ar, da terra e dos seres vivos.

Os saberes ancestrais e contracolônias sobre o passado, orientados por ações presentes na construção de melhores futuros, constituíram o principal aprendizado para toda a equipe de pesquisa. Para os educadores, evidenciou-se que coletivos heterogêneos devidamente orientados para objetivos comuns, possuem grande potencial de transformação de realidades coletivas e individuais. Contudo, sem a efetivação de uma rede intersetorial de políticas públicas capaz de assegurar o amplo acesso aos direitos básicos às pessoas em situação de rua, não há inclusão social possível. A resistência dos quilombolas, assim como a dos povos originários, demonstra que o verdadeiro desenvolvimento deve envolver o bem-estar integrado de todas as formas de vida. ■

Agradecimentos

Agradecimentos especiais a todos os estudantes que participaram da coleta e da análise de dados para o XIII Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal em 2024 e/ou que não estão mais na EMMP: Thiago Dias e Silva, Ivo Gonçalves da Silva, Ricardo Bispo da Silva, Erivando Mario Mota, Wellington Rodrigues Machado, Natália Gomes de Lima, Orizomar Gomes de Souza, Edson Barroso Júnior e Edson Mendes da Silva; também, ao pesquisador Manoel Barbosa Neres pela disponibilidade, orientações e acolhimento; às lideranças quilombolas Flávia Costa e Silva e Viviani Teixeira Magalhães pelo acolhimento, delicadeza, boa vontade e empatia; aos educadores parceiros Norberto Calixto, Juscilene, Ivete, Ana Célia, Glacilene, Welder, Camilo, Cristina, Marina, Jorge, Amelinha, Cleide, Karla, Kátia, Viviane, Sanderson, Raquel e toda a equipe da Escola Meninos e Meninas do Parque pelo apoio; e ao Jefferson Pimenta pela confecção das imagens da área de estudo.

Notas

1 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 30 superintendências regionais e 46 unidades avançadas. Parcerias com estados e municípios também viabilizam a oferta dos serviços da autarquia. Sua missão é implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável (Brasil, 2025). Como autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário no território brasileiro, causa estranhamento o fato de que, passados 55 anos desde sua criação — já tardia diante das históricas desigualdades fundiárias que remontam ao período colonial —, o instituto ainda mantenha em sua sigla o termo “colonização”, carregado de significados históricos e simbólicos que contradizem os princípios de justiça social e democratização da terra que orientam teoricamente suas atribuições institucionais.

Referências

- ABREU, Jade. Brasília: a capital que, há 63 anos, afastou um quilombo para existir. *Metrópoles Brasília*, 21 abr. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/brasil-a-capital-que-ha-63-anos-afastou-um-quilombo-para-existir>. Acesso em: 2 abr. 2025.
- AGROLINK. Conheça marmelo, a fruta do outono. 16 abr. 2021. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/conheca-marmelo-a-fruta-do-outono_456989.html. Acesso em: 11 abr. 2025.
- BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011. 615 p. (Coleção UnB nos 50 anos de Brasília). ISBN 978-85-230-1281-6.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. Acrescenta a moradia como direito social. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 32, p. 1, 15 fev. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório Antropológico: Quilombo Mesquita, 2011. Brasília: INCRA, 2011.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O Incra. Brasília: Governo Federal [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Portaria nº 1.216, de 26 de setembro de 2024. Aprova as Diretrizes Operacionais e Pedagógicas para a Escolarização da População em Situação de Rua (PEPOP). *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, n. 186, Seções 1, 2 e 3, p. 9, col. 2, 27 set. 2024. Cita o parecer nº 259/2024-CEDF e recomenda a atualização conforme Resolução CNE/CP nº 4/2024.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COLBURN, Gregg; ALDERN, Page Clayton. Homelessness Is a Housing Problem: How Structural Factors Explain U. S. Patterns. University of California Press 2022.
- COLLI, Guarino R.; VIEIRA, Cecília R.; DIANESE, José Carmine Biodiversity and conservation of the Cerrado: recent advances and old challenges. *Biodiversity and Conservation*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10531-020-01967-x>. Acesso em: 16 nov. 2022.

DE L. DANTAS, Vinícius; BATALHA, Marco A.; PAUSAS, Juli G. Fire drives functional thresholds on the savanna–forest transition. *Ecology*, v. 94, n. 11, p. 2454–2463, Nov. 2013.

DIOUF, Cheikh Anta. *Sankofa: voltar ao passado para ressignificar o presente*. São Paulo: Kuanza Produções 2018.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Cerrado, revolução verde e evolução do consumo de agrotóxicos. *Sociedade & Natureza* v. 29, p. 473–488, 2022.

EMBRAPA. Sobre o tema – Agricultura Familiar. Brasília: Embrapa 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 2 ago. 2025.

ESPINDOLA, Laila Salmen; ARTAXO, Paulo. Biomas brasileiros: Edição da Ciência & Cultura explora riqueza dos ecossistemas do país. *Ciência e Cultura*, v. 75, n. 4, p. 1–4, 2023.

EUZEBIO, Umberto; JESUS ALVES, Gabriella Karoline. Povos originários, ecologia do Cerrado, ensino e cultura: contextualização e abordagem e reflexões com vistas à legislação atual. *Revista Concilium*, v. 22, n. 1, 2022.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The Water-Energy-Food Nexus: A new approach in support of food security and sustainable agriculture*. Rome: FAO 2014.

FERREIRA, G. B. et al. Strict protected areas are essential for the conservation of larger and threatened mammals in a priority region of the Brazilian Cerrado. *Biological Conservation*, v. 251:108762, 2020.

FORNAZIER, Armando et al. O Nexus água, alimento e energia e a Agroecologia: perspectivas e desafios para uma oportuna convergência. *Nexo água-energia-alimento e a Agroecologia. Reflexões experiências e resultados de pesquisa*, Editora Appris, 2022.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GUERRA, Sidney Cesar Silva; RODRIGUEZ, Maria Carolina. A insustentabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável: a decolonialidade como ruptura epistemológica para uma nova relação humanidade-natureza. *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos* v. 17, n. 2, p. 116–137, 2024.

HOFF, Holger. *Understanding the Nexus: Background Paper for the Bonn 2011 Nexus Conference*. Stockholm: Stockholm Environment Institute 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Mesquita*. Brasília DF: INCRA, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/mesquita.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

JECUPÉ, Kaká Werá. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2020. 130 p. Ilustrações de Taísa Borges. ISBN 978-65-86028-04-1.

KO, Katherine. Why it's so hard to end homelessness in America. *Harvard Gazette* 2023. Disponível em: <https://news.harvard.edu>. Acesso em: 24 set. 2024.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo. Editora Companhia das Letras 2019. 2º ed. 34p.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras 2020.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras 2022.

MARQUES, Luiz. *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*. São Paulo: Editora Elefante 2023.

624 p. ISBN 978-85-93115-84-4.

MATTOS, Ricardo Mendes, & FERREIRA, Ricardo Franklin (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 47–58. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>

MBEMBE, Arquile. *Necropolítica*. v. 32, p. 122-151, 2016.

MBITI, John S. *African religions and philosophy*. 2. ed. Nairobi: East African Educational Publishers, 1990. 288 p.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. A expansão da fronteira agrícola num cenário de globalização da agricultura. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 2, p. 55-74, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158844055/html/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense 1981. (Coleção Tudo é História; vol.12)

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. A população em situação de rua nos números do Cadastro Único: uma análise exploratória. Brasília: IPEA 2023. (Texto para Discussão, n. 2944). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12642/7/TD_2944_web.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

NERES, Manoel Barbosa. *Quilombo Mesquita: história, cultura e resistência*. Brasília DF: Gráfica Conquista, 2016. 148 p.

NERES, Manoel Barbosa. Pluriversidade do ser e concepção de espaço na cosmopercepção quilombola. *PatryTer* v. 8, n. 15, p. 1-21, 2025.

NOGUEIRA, Mylena. Contribuições da transição agroecológica e da produção de orgânicos para o Nexus (Água – Energia – Alimento) e a Agenda 2030. Monografia Curso de Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Brasília 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Guia de uso da identidade visual dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU 2016. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/news/communications-material/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

OXFAM BRASIL. *Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural*. Brasília: Oxfam Brasil 2016.

POP RUA, BRASIL. Política nacional para a inclusão social da população em situação de rua, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/r6wGzjvVdWBVQV8qQwrvJbK/?lang=pt>. Acesso em 27 de maio de 2024.

RIBEIRO, Charles Lima et al. Saberes do Cerrado: degradação do bioma ao risco da perda do conhecimento tradicional. *Revista Ibero-Americana de Humanidades Ciências e Educação*, v. 8, n. 6, p. 870–882, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i6.5964.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras 1995.

RICHARDSON, Katherine et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Science advances*, v. 9, n. 37, p. eadh2458, 2023.

ROCKSTRÖM, Johan et al. Safe and just Earth system boundaries. *Nature [S.l.]*, v. 619, n. 7968, p. 102–111, 6 jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06083-8>.

SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Rio de Janeiro: Fundação Palmares 2015.

SANTOS, Antônio Bispo. *A Terra Dá, A Terra Quer*. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA 2023. Imagens de Santídeo Pereira. Texto de Orelha de Malcom Ferdinand. 112 pp. ISBN: 978 85 7126 106 8

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez 2000.

SANTOS, Ivanise Rodrigues dos. *Tá fazendo marmelada, compadre?: um ensaio sobre a cultura do marmelo em Mesquita, Goiás*. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). 3º Prêmio Territórios Quilombolas. Brasília: NEAD 2012, p. 17-38.

SANTOS, Suely Virgínia dos. *A comunidade quilombola de Mesquita*. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA 2015. 18 p. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/mesquita.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro: uma breve história de cinco séculos*. São Paulo: Companhia das Letras 2019.

SILVA, Cyntia Temoteo da Costa. *Lugares de memória do Quilombo Mesquita*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29629/1/Trabalho%20final%20-%20Lugares%20de%20Mem%C3%B3ria%20-%20Cyntia%20Silva%20-.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SOUZA, Erik Michel Rodrigues de; SILVA, Natanael de Jesus; FAGUNDES, Andhressa Araújo. *Análise de tendência da cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional entre crianças quilombolas no Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva* v. 30, p. e09422023, 2025.

SOUZA, Kleyne Cristina Dornelas de; VIEIRA, Maria Clarisse. *Narrativas e direitos humanos: da (in) visibilidade das ruas para o empoderamento na Educação de Jovens e Adultos*. *ETD Educação Temática Digital* v. 23, n. 1, p. 212-230, 2021.

SOUZA OLIVEIRA, Regina Marques; CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra; BARBOSA, Flávia Silva. *Cidades, Saúde e Agroecologia em Territórios Afro-Indígenas: desafios para o século XXI*. *ODEERE* v. 8, n. 3, p. 1-8, 2023.

STEFFEN, Will et al. *Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet*. *Science*, v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015. DOI: 10.1126/science.1259855.

TRANSFORME – AÇÕES SOCIAIS E HUMANITÁRIAS. *Episódio 01: Quilombolas de Mesquita, os brasileiros que iniciaram a construção da capital do Brasil*. YouTube 19 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kFaU-QYeNpC0>. Acesso em: 2 abr. 2025.

UN HABITAT. *Envisaging the Future of Cities*. World Economic Forum 2024. Disponível em: <https://www.weforum.org>. Acesso em: 24 set. 2024.

Anexo A - Questionário 1

Quadro 2 - Avaliação do índice de sustentabilidade pelos princípios da agroecologia Nexus

10 PRINCÍPIOS DO MODELO AGROECOLOGIA-NEXUS	NÃO ATENDE (0)	ATENDE PARCIALMENTE (1)	ATENDE TOTALMENTE (2)	ATENDE TOTALMENTE E É REFERÊNCIA (3)
1. Desenvolver regras, pelos membros da propriedade, para monitorar a inclusão e o desempenho sustentável da unidade produtiva, prevendo sanções e meios para resolução de conflitos.				
2. Combinar as regras que regem o uso dos recursos água, energia e terra, com as necessidades e condições locais.				
3. Certificar-se de que os direitos de criação de regras dos membros da propriedade sejam respeitados por autoridades externas.				
4. Certificar-se de que todas as pessoas afetadas pelas regras podem participar na modificação das regras.				
5. Planejar a integração de sistemas, aproveitando os resíduos e efluentes de um sistema como insumo de outro.				
6. Realizar/participar oficinas de inovação e estimular a construção de tecnologias apropriadas.				
7. Facilitar a troca de experiências baseada na metodologia comunitário a comunitário.				
8. Viabilizar a troca de conhecimentos e implementar ações específicas sobre a gestão integrada e o uso eficiente de recursos (água, energia e terra) e implementar ações.				
9. Prever o uso eficiente e equilibrado da água, energia e terra, evitando o desperdício e priorizando os princípios da economia circular.				
10. Construir a responsabilidade de governar o recurso comum em camadas aninhadas do nível mais baixo até todo o sistema interconectado.				

Fonte: Adaptado de Fornazier et al. (2022)

Anexo B - Questionário 2

(Adaptado de Nogueira, 2022 para aplicação no Quilombo Mesquita)

1. Em média, como é a proporção de área agrícola com produção orgânica e/ou agroecológica da propriedade em relação ao total?
2. Qual é a proporção de vegetação nativa em relação à área total do território? Há áreas protegidas?
3. Como é composta a direção da comunidade? Existe uma hierarquia?
4. Como é o fornecimento de energia, água, saneamento e coleta de lixo na comunidade?
5. Ainda com relação à água, sabe dizer se houve alterações na quantidade de uso de água ao longo do tempo (desde que a comunidade foi formada?) E no uso de energia?
6. A propriedade usa energia solar ou eólica ou outra que não seja da rede? Sabe mais ou menos em qual proporção?
7. A comunidade já tem o título de posse de terra? Qual a proporção?
8. Existe algum recurso ou estratégia da propriedade para diminuir ou evitar riscos em relação a seca, enchente (enxurrada), queimadas? Existe preocupação com essas questões? E sobre medidas de prevenção, adaptação e combate às mudanças do clima, têm discussões sobre isso?
9. Você sabe se existe algum tipo de contaminação por causa da qualidade da água?
10. A propriedade participa ou promove discussões sobre desenvolvimento sustentável? Há ações locais ligadas à sustentabilidade e ao uso dos recursos naturais?
11. Há iniciativas da propriedade para o acompanhamento da sustentabilidade local e a produção de registros sobre isso? Há monitoramento de parâmetros/indicadores sociais, ambientais, econômicos?
12. Você sabe qual a proporção de mulheres na comunidade?
13. Você afirmaria que as mulheres têm direitos iguais na comunidade e/ou papéis diferenciados? Quais são esses papéis?
14. Você sabe aproximadamente quanto do alimento produzido é perdido?
15. A propriedade contribui ou interfere na gestão dos resíduos e efluentes locais (lixo e esgoto)? Sabe se há produção de resíduos perigosos ou tóxicos? Quais?
16. A propriedade promove práticas de reciclagem de resíduos? Você tem ideia do quanto é reciclado em relação ao que é produzido?
17. A propriedade promove ou participa de eventos coletivos que contam com ações direcionadas à troca de conhecimento e experiências? (ex. mutirões, cursos técnicos)
18. Houve práticas, técnicas ou tecnologias produzidas localmente e difundidas pela propriedade?
19. Há comercialização de algum produto? Quais são os desafios e as oportunidades? Qual é a proporção de pessoas da comunidade que participam de eventos para a troca de experiências sobre a produção e comercialização?
20. Os membros da comunidade demonstram satisfação com a gestão local? Como é o tipo de gestão?
21. Há casos de violência e conflitos locais que afetam a comunidade? Qual a natureza desses casos ou conflitos? Qual frequência?
22. Quais espécies do Cerrado são utilizadas na alimentação durante a estação da seca? E durante a estação das chuvas? Existe alguma espécie que vocês utilizam para fins medicinais?
23. Quais produtos vocês produzem aqui por meio da agricultura? Quais deles são para uso da comunidade e quais outros são para comercialização?